

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Administração, Finanças e Geração de Valor



Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Administração, Finanças e Geração de Valor



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abráão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Administração, finanças e geração de valor

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração, finanças e geração de valor / Organizador
Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-779-6

DOI 10.22533/at.ed.796210402

1. Administração. I. Silva, Clayton Robson Moreira da
(Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro “Administração, Finanças e Geração de Valor” é uma obra publicada pela Atena Editora e reúne um conjunto de vinte e cinco capítulos, em que são abordados diferentes temas que permeiam o campo da administração. Compreender os fenômenos organizacionais é o caminho para o avanço e a consolidação da ciência da administração, possibilitando a construção de um arcabouço teórico robusto e útil para que gestores possam delinear estratégias e tomar decisões eficazes do ponto de vista gerencial, contribuindo para a geração de valor nas organizações.

Nesse contexto, compreendendo a pertinência e avanço dos temas aqui abordados, este livro emerge como uma fonte de pesquisa rica e diversificada, que explora a administração em suas diferentes faces, uma vez que concentra estudos desenvolvidos em diferentes contextos organizacionais. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um material especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro visa ampliar o debate acadêmico, conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da administração. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TAMANHO DA FIRMA, NOVO RELATÓRIO DE AUDITORIA E DESEMPENHO FINANCEIRO

Naiara Leite dos Santos Sant'Ana

Paulo Celso Pires Sant'Ana

DOI 10.22533/at.ed.7962104021

CAPÍTULO 2..... 28

A AUDITORIA À LUZ DO PARADIGMA SISTÊMICO

Adelcio Machado dos Santos

Rubens Luis Freiburger

Daniel Tenconi

Danielle Martins Leffer

Alisson Andre Escher

DOI 10.22533/at.ed.7962104022

CAPÍTULO 3..... 37

ÍNDICE DE DESEMPENHO ECONÔMICO E SUA RELAÇÃO COM A AUDITORIA INDEPENDENTE

Naiara Leite dos Santos Sant'Ana

Paulo Celso Pires Sant'Ana

DOI 10.22533/at.ed.7962104023

CAPÍTULO 4..... 59

AVALIAÇÃO DO GRAU DE MATURIDADE DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO BANCÁRIO EM ANGOLA SEGUNDO A METODOLOGIA COSO

Luzolo João Manuel

Jorge Miguel Ventura Bravo

DOI 10.22533/at.ed.7962104024

CAPÍTULO 5..... 80

APLICAÇÃO DO TERMÔMETRO DE KANITZ NO BRASIL EM EMPRESAS QUE PEDIRAM RECUPERAÇÃO JUDICIAL NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

Renato Borges Freitas

Ana Paula Ferreira da Silva

James Anthony Falk

DOI 10.22533/at.ed.7962104025

CAPÍTULO 6..... 96

LA DIRECCIÓN EN LA GESTIÓN DE LAS PYMES DE QUITO

Andrés Palacio-Fierro

Hugo Arias-Flores

DOI 10.22533/at.ed.7962104026

CAPÍTULO 7.....	103
FRANQUIA EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE FRANQUIAS GOIANAS NO OLHAR DO FRANQUEADOR	
Luiz Fernando Gonçalves da Silva Araújo	
Tereza Cristina Medeiros Pinheiro de Lima	
Irene Reis	
Kellen Crystina Pereira dos Reis	
Vanessa Teles dos Santos Dias	
DOI 10.22533/at.ed.7962104027	
CAPÍTULO 8.....	125
OS ENTRAVES E AS OPORTUNIDADES DAS INDÚSTRIAS SERGIPANAS: UM POSSÍVEL CAMINHO PARA A INOVAÇÃO	
Jorge Luiz Cabral Nunes	
Jonas Pedro Fabris	
DOI 10.22533/at.ed.7962104028	
CAPÍTULO 9.....	134
INOVAÇÃO EM EMPRESAS FAMILIARES: O CASO DA EMPRESA SORVDELI	
Rozali Araújo dos Santos	
Everson Franklin Dambroz Ribas	
Jaciera Treter Sippert	
DOI 10.22533/at.ed.7962104029	
CAPÍTULO 10.....	147
INICIAÇÃO AO EMPREENDEDORISMO	
Adelcio Machado dos Santos	
Rubens Luis Freiburger	
Daniel Tenconi	
Danielle Martins Leffer	
Alisson Andre Escher	
DOI 10.22533/at.ed.79621040210	
CAPÍTULO 11.....	158
DE BOUTIQUES À POP-UP STORES: NOVOS FORMATOS DE VAREJO DE MODA E NOVAS ESTRATÉGIAS PARA LOJAS DE DEPARTAMENTO	
Valdecir Babinski Júnior	
Mariana Moreira Carvalho	
Dulce Maria Holanda Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.79621040211	
CAPÍTULO 12.....	171
ANÁLISE DE FORMAÇÃO DE PREÇO: BUSCA DE RESULTADOS EM UM MERCADO DE BAIRRO	
Daniel Andrei Rodrigues da Silva	
Luísa Marques	
DOI 10.22533/at.ed.79621040212	

CAPÍTULO 13..... 183

ESTRATÉGIA DE COOPETIÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DOS JOGOS - COOPERATIVAS LÁCTEAS DE MINAS GERAIS

Nidelson Teixeira Falcão

Alexandre Teixeira Dias

Davi Rogério de Moura Costa

DOI 10.22533/at.ed.79621040213

CAPÍTULO 14..... 210

ESTRATÉGIA COMO FONTE DE CAPTAÇÃO DE CLIENTES PARA EMPRESA THE WORK FIT ACADEMIA EM TERESINA – PI

Rafael Levi Vieira de Abreu

Erick Henrique de Sousa Costa

José Janielson da Silva Sousa

Francisco Antônio Gonçalves de Carvalho

Aníbal da Silva Cantalice

Jessica Alves da Silva

José Santana da Rocha

Stênio Lima Rodrigues

Wesley Fernandes Araújo

Luzia Rodrigues de Macedo

DOI 10.22533/at.ed.79621040214

CAPÍTULO 15..... 224

ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL EQUATORIANA

Gabriel Arturo Pazmiño Solys

Washington Marcelo Gallardo Medina

Santiago Omar Ortiz López

Edison César Merino Garzón

Luis Alfredo Morán Macias

Danny Iván Colcha Guachamin

DOI 10.22533/at.ed.79621040215

CAPÍTULO 16..... 236

CAMINHOS FUTUROS: REPENSANDO A MOBILIDADE URBANA SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM UM MUNICÍPIO DO SUL DE MINAS GERAIS

Anelisa de Assis Campos

Kreicy Mara Teixeira

Viviane Santos Pereira

Ana Lúcia Maria Miranda

Juliana Costa Chaves

DOI 10.22533/at.ed.79621040216

CAPÍTULO 17..... 246

CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS – FLORIANÓPOLIS/SC: O USO DE

UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG) NO AUXÍLIO À GESTÃO PÚBLICA

Sarah Toso Mendes

DOI 10.22533/at.ed.79621040217

CAPÍTULO 18.....259

TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO PÚBLICA E A “NOVA” ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: AS REDES SOCIAIS E OS NOVOS DESAFIOS - DIRETRIZES E O PROCESSO NORTEADOR PARA A FANPAGE DA PREFEITURA DE BRUSQUE

João Paulo da Silva

DOI 10.22533/at.ed.79621040218

CAPÍTULO 19.....275

O GASTO PÚBLICO INFLUENCIA O CRESCIMENTO ECONÔMICO OU É O CRESCIMENTO ECONÔMICO QUE INFLUENCIA O GASTO PÚBLICO? ESTUDO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL

Mateus Rodarte de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.79621040219

CAPÍTULO 20.....288

ANÁLISE DOS FATORES QUE INFLUENCIAM NA DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA

José Mário Bispo Sant'Anna

Luiz Fernando Dalmonch

Francisco José de Oliveira Andrade

Gildo Rodrigues da Silva

DOI 10.22533/at.ed.79621040220

CAPÍTULO 21.....315

ESTADOS UNIDOS VERSUS CHINA FRENTE A LOS DESAFÍOS FISCALES DE LA OCDE Y EL G-20 EN EL E-COMMERCE

Antonio Faúndez-Ugalde

Rafael Mellado-Silva

María Blanco Lobos

DOI 10.22533/at.ed.79621040221

CAPÍTULO 22.....326

AÇÕES PARA DESENVOLVER O TURISMO SOCIAL EM UMA ORGANIZAÇÃO DE TERCEIRO SETOR NA CIDADE DE PETROLINA-PE

Maria Evilene de Souza Landim

Ítalo Anderson dos Santos Araújo

DOI 10.22533/at.ed.79621040222

CAPÍTULO 23.....339

LA AGRICULTURA DE SUBSISTENCIA EN EL CANTÓN LOJA-PROVINCIA DE LOJA-ECUADOR, 2016

Victor Eduardo Chinín Campoverde

Mayra Tatiana González Román

Franco Eduardo Hidalgo Cevallos

María Isabel Ordóñez Hernández

Fanny Yolanda González Vilela
Eduardo José Martínez Martínez
Ignacia Luzuriaga Granda
Ricardo Miguel Luna Torres

DOI 10.22533/at.ed.79621040223

CAPÍTULO 24.....357

**PRÁTICA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO: GESTÃO DE COMPETÊNCIAS OU
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS?**

Edilaine de Azevedo Vieira

Lidiane do Prado Reis

Helena de Fátima Nunes Silva

DOI 10.22533/at.ed.79621040224

CAPÍTULO 25.....367

QUALIDADE DE VIDA NAS ORGANIZAÇÕES

Tuani Carla Fuzati

Carolina Mamede Pereira

DOI 10.22533/at.ed.79621040225

SOBRE O ORGANIZADOR.....381

ÍNDICE REMISSIVO.....382

CAPÍTULO 1

TAMANHO DA FIRMA, NOVO RELATÓRIO DE AUDITORIA E DESEMPENHO FINANCEIRO

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 05/11/2020

Naiara Leite dos Santos Sant'Ana

Universidade Federal do Ceará (UFC)
Departamento de Contabilidade
<http://lattes.cnpq.br/4606819804784902>

Paulo Celso Pires Sant'Ana

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Departamento de Contabilidade
<http://lattes.cnpq.br/9348537088515978>

RESUMO: O objetivo foi analisar as características das companhias do Ibovespa, o tamanho da firma de auditoria, o conteúdo dos relatórios de auditoria, assim como os reflexos no desempenho financeiro da amostra de 2010 a 2017. Utilizaram-se a análise de conteúdo e o teste de média. Principais resultados encontrados foram os seguintes: dois relatórios modificados por ressalva; 95,54% das auditorias foram realizadas por *Big Four*; foram encontrados 180 parágrafos de ênfase e os três assuntos mais recorrentes foram avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial, consideração da Orientação CPC 04 para reconhecimento de receita para entidades de incorporação imobiliária e rerepresentação dos valores correspondentes – CPC 23. No parágrafo “Outros Assuntos” obtiveram-se 115 ocorrências, sendo as principais auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior, ausência de distorção relevante no relatório

da administração e para o mercado financeiro, DVA. Foram observadas 212 PAAs e as que mais se repetiram foram reconhecimento de receita, *impairment*, Operação Lava Jato, Operação Zelotes e valorização de instrumentos financeiros. Encontraram-se 52 notificações na seção “Outras informações”, 54 na Responsabilidade do auditor e 45 no campo Responsabilidade da administração. Apenas uma companhia teve que republicar as DFCs por exigência da CVM. Aproximadamente 50% das empresas têm comitê de auditoria e, em muitos casos, eles são permanentes. As três empresas mais alavancadas foram Cia. Siderúrgica, Braskem e Lojas Americanas e, conseqüentemente, foram as com maior qualidade de auditoria. Sobre o *delay*, a Cemig foi a empresa com pior qualidade da auditoria, enquanto a Fibria atingiu o melhor resultado. Em média, houve diferenças no desempenho das empresas auditadas por *Big Four* e não *Big Four* (QTOBIN) e, entre as *Big Four*, PwCe DTT para QTOBIN; ROA, EBITDA/PL e ROE; e EY e KPMG, para QTOBIN e ROE.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade da Auditoria, Novo Relatório de Auditoria, Desempenho Financeiro.

INDEPENDENT AUDIT: FIRM SIZE, NEW AUDIT REPORT AND FINANCIAL PERFORMANCE

ABSTRACT: The purpose of this article was to analyze the characteristics of the Ibovespa companies, the size of the audit firm, the content of the Audit Reports, as well as the reflections on the financial performance of the sample from

2010 to 2017. Content analysis and mean testing were used. Main results found: 2 reports modified per qualification; 95.54% of audits were performed by Big Four; were found 180 paragraphs of emphasis, the three most recurrent subjects were, valuation of investments by the equity method; OCPC 04 Guidance for revenue recognition for real estate development entities; restatement of the corresponding values - CPC 23. In the “Other Matters” section, there were 115 occurrences, the main ones being: Audit of amounts corresponding to the previous year, absence of material misstatement in the Management Report and Financial Market; DVA. A total of 212 PAAs were observed and the most frequent ones were: revenue recognition; Impairment; Operation “Lava-Jato”; Operation Zelotes; valuation of financial instruments. There were 52 notifications in the “Other Information section”, 54 in the Auditor’s Responsibility, and 45 in the Administration Responsibility field. Only one company had to republish the CFDs as required by CVM; Approximately 50% of companies have an audit committee and, in many cases, they are permanent. The 3 most leveraged companies were Cia Siderúrgica, Braskem and LojasAmericanas and consequently, they were the ones with the highest Audit Quality. About Delay, Cemig was the company with the worst audit quality while Fibria achieved the best result. On average, there were differences in the performance of the companies audited by Big Four and not Big Four (QTOBIN) and between Big Four: PwC and DTT for QTOBIN, ROA, EBITDA / PL and ROE; and EY and KPMG for QTOBIN and ROE. **KEYWORDS:** Audit Quality, New Audit Report, Financial Performance.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo Chaney, Faccio e Parsley (2011), o fornecimento de informações de qualidade, fidedignas e transparentes, por parte das empresas, reduz a assimetria informacional (MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006) e melhora a eficiência do mercado de capitais, nos aspectos relacionados ao risco, por meio da maior compreensibilidade da informação contábil pelos *stakeholders* (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005). Em determinadas situações, essas informações não transmitem confiança ao Mercado, seja por razões de manipulações intencionais ou pela desconfiança dos investidores em relação à contabilidade, visto o cenário de escândalos e fraudes (COELHO *et al.*, 2015).

Esses acontecimentos levam a questionamentos e reflexões relacionados com a ética dos profissionais da administração e contabilidade, e sobre a transparência, a qualidade e a forma das informações divulgadas pelas companhias (SILVA; NASCIMENTO; OTT, 2007). Os investidores demandam dados “precisos, confiáveis e objetivos (neutros)” (GRAMLING; RITTEMBERG; JOHNSTONE, 2012, p.1). Nesse sentido, a auditoria, por não estar hierarquicamente subordinada à companhia cliente, desempenha papel importante (WATTS; ZIMMERMAN, 1986), mitigando os custos de agência (JENSEN; MECKLING, 1976) para a economia e, sobretudo, para o mercado de capitais. A relevância da informação contábil está vinculada à relação entre os números contábeis e ao retorno de mercado das ações da empresa (OHLSON, 1995).

Dessa forma, o objetivo geral, nesta pesquisa, foi de analisar as características das companhias do Ibovespa, o tamanho da firma de auditoria que as audita, o conteúdo dos

relatórios de auditoria, assim como os reflexos no desempenho financeiro, para os anos 2010 a 2017. Como objetivos específicos, destacam-se :i) identificar os tipos de relatório de auditoria, analisar o conteúdo informacional deles e relacioná-lo com o tamanho da firma de auditoria; ii) analisar as características da empresa auditada e iii) comparar o desempenho financeiro das empresas auditadas por *Big Four* em relação àquelas auditadas pelas *Non Big Four*; entre as firmas de auditoria separadamente, e pré e pós o Novo Relatório de Auditoria.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Auditoria independente: conceitos e normas

Os auditores devem estar atentos a três aspectos principais no exercício de seus trabalhos, quais sejam, normas de auditoria e legislações, normas sobre ética e moral e penalidades. Encontra-se em apêndice (Apêndice A) o quadro, com as normas atualizadas relacionadas ao trabalho do auditor. O seu relatório deve ser emitido com o menor risco possível e, para isso, o risco de auditoria relacionado com o processo de verificação e avaliação dos dados deve ser estudado (GRAMLING, RITTENBERG; JOHNSTONE, 2012). Para Peecher, Schwartz e Solomon (2007), a auditoria atua por meio de um processo de gestão de risco guiado por evidências. A auditoria externa deve ser realizada por profissional que não tenha vínculo empregatício, nem subordinação com a companhia, e com formação contábil. O trabalho deverá configurar uma prestação de serviço voltada para a verificação dos fatos contábeis, para a emissão de opinião relacionada às demonstrações contábeis da contratante (SÁ, 2002; COELHO *et al*, 2015).

Procedimentos que conduzam a firma de auditoria na direção de um trabalho mais assertivo têm reflexo no objetivo da auditoria, quais sejam: i) opinar, por meio do relatório de auditoria, sobre a adequação das informações contábeis em relação às normas e legislações vigentes, para que os *stakeholders* se sintam mais confiantes sobre o conteúdo das demonstrações contábeis (NBC TA 200, R1); ao exercer a função de monitorar dados contábeis, o auditor estará contribuindo para a redução dos custos de agência (JENSEN; MECKLING, 1976) e ii) pautar o trabalho nas normas de auditoria e em um comportamento ético, para que esteja habilitado a emitir a opinião (NBC TA 200, R1).

Sobre os meios para a realização do trabalho, compreende-se como documentos de auditoria “o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor (usualmente também é utilizada a expressão papéis de trabalho)”. (NBC TA 230, R1, 2016, p.2). Devido à natureza do trabalho dos auditores e à qualificação educacional deles, percebe-se que esses profissionais são grandes aliados na detecção e ou na prevenção da ocorrência de fraudes e erros. Entretanto, deve-se esclarecer que o auditor não tem o poder de estabelecer juridicamente a ocorrência da fraude, ainda que ele suspeite dela ou a identifique. Cabe aos responsáveis

pela governança da organização, e seus administradores, a maior responsabilidade pela prevenção e detecção delas. Nesse sentido, a atuação do auditor se limita a(NBC TA 240 R1, 2016, p.7):

(a) identificar e avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis decorrente de fraude;

(b) obter evidências de auditoria suficientes e apropriadas sobre os riscos identificados de distorção relevante decorrente de fraude, por meio da definição e implantação de respostas apropriadas; e

(c) responder adequadamente face à fraude ou à suspeita de fraudes identificada durante a auditoria.(NBC TA 240 R1, 2016, p.7)

Existe uma expectativa irreal acerca do trabalho do auditor, se comparado ao que ele tem condição de alcançar. Quando o público se depara com uma situação de problemas financeiros graves de uma companhia, ele tende, primeiramente, a atribuir a culpa ao auditor (GODSELL, 1992). Muitas pessoas acreditam que o auditor avalia todos os contratos, documentos, fatos contábeis que estão relacionados com a empresa, mas, na verdade, o trabalho se baseia em uma avaliação amostral (PORTER, 1993). Segundo Almeida (2004), esses fatos proporcionam um cenário de crítica excessiva e desconfiança em relação ao trabalho do auditor, por parte da sociedade de maneira geral (PEREIRA *et al.*, 2013).

Para que haja a valorização do trabalho do auditor, é imprescindível que ele atue com competência e independência. A competência deve ser desenvolvida por meio de educação continuada (PEECHER; SCHWARTZ; SOLOMON, 2007). Caso seja avaliado, pelo mercado, que o auditor não tem competência para encontrar uma violação contratual ou independência para relatá-la (WATTS; ZIMMERMAN, 1986), seu trabalho não é considerado relevante (Pereira *et al.*, 2013). A preocupação, por parte do auditor, com sua reputação o leva a ser independente (BENSTON, 1975). O volume de recursos dispendidos na realização do trabalho do auditor e o desenvolvimento de ferramentas que o auxiliem, como, por exemplo, os *Strategic-Systems Auditing* (SSA) (PEECHER; SCHWARTZ; SOLOMON, 2007), também são considerados fatores relevantes na probabilidade relacionada à descoberta da inconformidade (BRAUNBECK, 2010).

A maior exigência por parte dos *stakeholders*, a crescente complexidade das transações, a convergência com as normas internacionais, o uso massivo da tecnologia e, o aumento da assimetria informacional provocada por informações contábeis de baixa qualidade (CHADEGANI, 2011) são fatores que levam a refletir acerca da necessidade de um serviço de auditoria prestada com, cada vez, mais qualidade. Observam-se, por meio da literatura, algumas variáveis que têm relação com a qualidade da auditoria, tais como tamanho da firma de auditoria, honorários, comitê de auditoria e alavancagem financeira, dentre outros.

“O tamanho da firma de auditoria traz consigo incentivos para que, *ceterisparibus*, firmas de auditoria maiores ofereçam serviços de melhor qualidade” (DEANGELO, 1981b, p.197). Companhias que têm integrantes do comitê de auditoria com pouca experiência técnica na área contábil-financeira ou com baixa independência estão mais propensas a incorrerem em escândalos fraudulentos (BEASLEY *et al.*, 2000; FARBER, 2005), ou seja, quanto mais os integrantes do comitê de auditoria sejam *experts* em finanças e quanto mais independentes (ABBOTT, *et al.*, 2003; CHEN; ZHOU, 2007) eles forem, maior a qualidade da auditoria (CARCELLO *et al.*, 2002; HOITASH; HOITASH, 2009). Quanto maior o número de membros que compõem o comitê de auditoria, maior a qualidade da auditoria (VAFEAS; WAEGELEIN, 2007).

Segundo Prazeres e Pais (2017), a relação entre o honorário recebido e o total dos honorários e o fato de a firma ser *Big Four* ou não influenciam o tipo de relatório emitido e, conseqüentemente, a qualidade da auditoria. A discriminação dos valores pagos, em honorários, é obrigatória pela Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, segundo a qual deve-se “Informar montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados”, fato este importante para a redução do comportamento oportunista por parte dos gestores e da assimetria informacional.

Segundo Oliveira *et al.* (2014), empresas que têm comitês de auditoria grandes, independentes e constituídos por *experts* em contabilidade, auditoria e finanças divulgam o relatório de auditoria com menor prazo, dada a divulgação das demonstrações contábeis (*audit delay*). Os grandes escândalos contábeis ocorridos no final do século XX e início do século XXI prejudicaram não só a imagem do auditor perante a sociedade, mas também o não cumprimento das funções do comitê de auditoria (TURLEY; ZAMAN, 2004). O comitê de auditoria do Banco PanAmericano, que protagonizou um escândalo financeiro no Brasil em 2010, não reportou qualquer inconformidade nas demonstrações contábeis ou no trabalho de auditoria (COELHO *et al.*, 2015; TEIXEIRA; CAMARGO; VICENTE, 2016).

Segundo Prazeres e Pais (2017), uma firma de auditoria com alto grau de alavancagem financeira tende a ter a sua independência reduzida e, por isso, tem reduzida a probabilidade de emitir uma opinião modificada, se pertinente e observa-se, assim, redução na qualidade da auditoria. O conteúdo reportado por meio do relatório de auditoria é considerado propulsor da qualidade da auditoria, quando discorre acerca de uma inconsistência encontrada nas demonstrações contábeis da empresa auditada (DEANGELO, 1981a; WATTS; ZIMMERMAN, 1986).

2.2 Novo Relatório de Auditoria

O relatório de auditoria, na oportunidade da sua apresentação inicial no Brasil, apresentava capacidade informacional reduzida, visto que ele era composto por apenas dois parágrafos. Nessa ocasião, o parágrafo “ressalvas” não constava do relatório. Nas

últimas duas décadas, observou-se a emissão de relatórios mais evoluídos e descritivos, se comparados aos da primeira versão. Nos últimos anos, entretanto, mundialmente, vem sendo discutida a necessidade da melhoria na transparência e na capacidade informacional do relatório (GRANT THORNTON, 2016). Motivado por essas críticas, pelo incremento na complexidade dos relatórios contábeis e pelo sistema operacional das companhias, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), “[...]órgão global de normatização independente que estabelece as normas internacionais de auditoria visando melhorar a qualidade da prática dos auditores [...]” (PWC, p. 15, 2016), analisou, ao longo dos anos, mudanças que poderiam acontecer no relatório de auditoria (GRANT THORNTON, 2016).

Os relatórios dos auditores independentes das demonstrações contábeis encerradas, a partir de 31 de dezembro de 2016, são produzidos com a inclusão de seis normas advindas da conversão de algumas *International Standards on Auditing* (ISAs). As traduções foram realizadas pelo CFC e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e, em 17 de junho de 2016 foram aprovadas. Listam-se elas: NBC TA 260 (R2) – Comunicação com os responsáveis pela governança; NBC TA 570 – Continuidade operacional; NBC TA 700 – Formação da opinião e emissão do relatório do auditor sobre as demonstrações contábeis; NBC TA 701 – Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente; NBC TA 705 – Modificações na opinião do auditor independente e NBC TA 706 – Parágrafos de ênfase e parágrafos outros assuntos no relatório do auditor independente (CFC, 2016). Em 5 de setembro de 2016, foi expedida nova norma para compor o novo relatório de auditoria, a NBC TA 720 (Responsabilidade do auditor em relação a outras informações). Em relação à opinião modificada do auditor, segundo a NBC TA 705 (2016), o relatório pode ser (i) com ressalva (s), (ii) com opinião adversa e (iii) com abstenção de opinião. Tais ocasiões decorrem de achados ou distorções no processo da auditoria, as quais o auditor julga importante mencionar, ou, ademais, em situações nas quais o profissional não obtém sucesso na aquisição de informações suficientes para atestar a veracidade das demonstrações contábeis.

De acordo com a NBC TA 706 (2016), além dos elementos do relatório do auditor independente, devem, ainda, constar, caso o auditor julgue necessário, o parágrafo de ênfase e o parágrafo de outros assuntos. A inclusão da ênfase ocorrerá quando o profissional julgar que existe um assunto apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis e que seja fundamental para o entendimento pelos usuários da informação contábil. O conteúdo presente no parágrafo “Outros assuntos” gira em torno de pontos que o auditor deseja elencar acerca do próprio trabalho de auditoria. Tanto a seção ênfase quanto a de outros assuntos não são responsáveis por modificar a opinião presente no relatório de auditoria.

As principais mudanças no relatório são apresentadas no Quadro 1.

Seção	Descrição
Opinião	Mantém o conteúdo, transferindo o texto do fim para o início do relatório.
Base de opinião	Inclui declaração sobre a independência do auditor.
Incerteza material relacionada com a continuidade operacional (se aplicável)	Incerteza material em relação à continuidade operacional (<i>going concern</i>) descrita em seção separada (<i>close calls</i>).
Principais assuntos de auditoria	Nova seção requerida para auditoria de empresas listadas, na qual aparecem os temas que os auditores consideraram mais relevantes de serem divulgados em relação ao andamento do trabalho.
Outras informações	Nova seção detalhando a responsabilidade do auditor sobre outras informações que acompanham as demonstrações financeiras (por exemplo, relatório da administração), e o resultado dos procedimentos aplicados sobre elas.
Responsabilidades da administração	Ampliada para incluir explicação sobre a responsabilidade da administração em relação à continuidade operacional.
Responsabilidade do auditor	Descrição mais abrangente das responsabilidades do auditor, inclusive com relação à continuidade operacional e a opinião dele sobre a avaliação da Administração em relação à continuidade da companhia.

Quadro 1– Principais modificações no relatório de auditoria

Fonte: Adaptado de PWC (2016, p. 16); GRANT THORNTON, 2016.

O novo relatório de auditoria segue a estrutura: Título; Destinatário; Opinião do auditor; Base para opinião; Continuidade operacional; Principais assuntos de auditoria (PAAs) (NBC TA 701); Outras informações (NBC TA 720); Responsabilidade pelas demonstrações contábeis; Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis; Outras responsabilidades relativas à emissão do relatório de auditoria; Nome do sócio ou responsável técnico; Assinatura do auditor; Endereço do auditor independente – deve ser mencionado o local no qual houve a emissão do relatório e Data do relatório (ALMEIDA, 2017; LINS, 2017; ATTIE, 2018).

As modificações se justificam, pois os *stakeholders* passaram a se preocupar mais com a responsabilidade das companhias em prestarem informações completas, no intuito de obter maior clareza quanto à continuidade operacional delas e assuntos importantes verificados nas demonstrações contábeis das empresas, por meio dos PAAs. E, com relação ao caráter ético, houve a necessidade da inclusão da declaração de independência do auditor. Tais mudanças proporcionam maior transparência nas informações emitidas, beneficiando investidores e demais usuários da informação contábil (COSTA *et al.*, 2017).

O novo relatório de auditoria traz informações sobre as demonstrações contábeis de forma mais detalhada, por meio da apresentação dos riscos da auditoria e da explicitação de como eles foram analisados pelos auditores externos. Essa nova versão demanda uma comunicação mais longa e expressiva entre auditores, diretoria, conselho de administração,

comitê de auditoria e responsáveis pela governança (GRANT THORNTON, 2016; PWC, 2016). Já para Reina *et al.* (2018), algumas modificações no modo como o relatório é escrito devem ocorrer. Esperam-se mudanças de cunho qualitativo, destacando-se o uso de uma linguagem mais acessível para os usuários da informação contábil, uma vez que a maioria é formada por profissionais sem formação em contabilidade. De acordo com os autores, deve-se, por meio das alterações contábeis, dispensar o uso de termos técnicos irrelevantes para a transmissão correta da mensagem que se deseja evidenciar.

2.3 Evidências empíricas

Acerca do efeito das divulgações realizadas pelas *Big Four* e a probabilidade da emissão de opinião modificada, Marques *et al.* (2015), avaliando 505 empresas, da B3, entre 2002 e 2012, encontraram 61% de predominância. Santana *et al.* (2014) expõem que, com relação à busca por transparência, as empresas interessam-se em contratar firmas de auditoria com maior renome, como forma de sinalizar para os usuários das demonstrações contábeis a preocupação com a veracidade e tempestividade das informações.

Sirois *et al.* (2014), por meio de experimento de rastreamento ocular com 98 estudantes de pós-graduação em contabilidade, analisaram possíveis comportamentos dos leitores de relatórios de auditoria quanto ao processo de tomada de decisão. Estes autores constataram que os parágrafos de ênfase cooptaram maior atenção dos leitores, bem como as demais partes tiveram menor atenção dispendida.

Pinho (2009) realizou um trabalho empírico em Portugal, no qual investigou o conflito entre eficiência e eficácia do trabalho de auditoria, o momento em que as técnicas mais eficientes de auditoria devem ser aplicadas e em quais períodos deve-se ou não realizar trabalhos de verificação mais extensos. Ademais, aferiu quais os procedimentos de auditoria que proporcionam maior segurança e em que medida os normativos em vigor condicionam ou não o uso dos procedimentos. O autor concluiu que os auditores não se sentem confortáveis e devidamente suportados pelas normativas em vigor, assim como utilizam com maior frequência procedimentos analíticos na fase do planejamento.

Omid (2015), analisando as empresas da Bolsa de Valores de Teerã, apresentou resultados que corroboraram a falta de relação entre parecer qualificado e gerenciamento de resultados. Por outro lado, características, tais como rentabilidade, tamanho da firma, experiência, tipo de opinião de auditoria realizada no ano anterior e perdas do ano anterior, foram variáveis determinantes na decisão da opinião de auditoria qualificada.

Coelho *et al.* (2015) discutiram a responsabilidade da auditoria externa na detecção da fraude contábil do Banco Pan Americano. Estes autores apontaram um insuficiente esforço da Deloitte quanto à observação das demonstrações contábeis do banco ou, pelo menos, a divulgação de um parecer com ressalvas, motivado pelas limitações e dificuldades encontradas na análise das demonstrações.

Ito, Niyama e Mendes (2008) investigaram o atendimento às normas exigidas pelos órgãos normatizadores e fiscalizadores no Brasil, quais sejam características do auditor para se habilitar ao cargo de auditor externo, educação continuada, fatores internos e externos de qualidade de auditoria independente e rotatividade da auditoria. O objetivo foi comparar o nível de controle das normas brasileiras, no sentido de contribuir com a qualidade do trabalho do auditor, com as normas internacionais. Os autores apontaram a existência de relação significativa entre as normas internacionais e aquelas adotadas no Brasil.

Adentrando a temática de gerenciamento de resultados, Frankel *et al.* (2002) apontam que o fornecimento de outros serviços, que não estritamente os de auditoria, pelos auditores independentes, pode trazer prejuízo à independência dos trabalhos, pois haveria uma dependência econômica entre o auditor e o cliente, favorecendo-se, assim, a prática do gerenciamento de resultados. Segundo Lin e Hwang (2010), em diversas pesquisas aborda-se o problema de entrelaçamento apresentando resultados divergentes. Pesquisadores examinaram os efeitos do tamanho da firma de auditoria, da posse do auditor, da prestação de diversos serviços pelo auditor (auditoria e não auditoria) e da independência do auditor em uma série de questões relacionadas, direta ou indiretamente, com a produção do relatório financeiro. Os autores assinalaram a existência de estudos demonstrando que o uso de grandes firmas de auditoria (*Big Four*) reduz o gerenciamento de resultados (BECKER *et al.*, 1998; FRANCIS *et al.*, 1999; LIN *et al.* 2006), e outros trabalhos que não relatam tais achados (BÉDARD *et al.*, 2004; DAVIDSON *et al.*, 2005). Já para Dang (2004), a qualidade da auditoria deve ser negativamente relacionada ao gerenciamento de resultados.

No contexto brasileiro, Almeida e Lamounier (2014) concluíram não haver relação significativa entre a prestação de serviços de não auditoria pela firma de auditoria independente e o gerenciamento de resultados. Destacaram, ainda, que o fato de ser auditada por uma *Big Four* não foi relevante para explicar maior ou menor incidência da prática de gerenciamento de resultados.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Amostra, Procedimentos de Coleta e Análise dos Dados

A proposta, neste trabalho, foi analisar as características da firma e da empresa cliente, assim como os relatórios de auditoria independente das companhias listadas na Bolsa, Balcão - B3 que compuseram o Índice Bovespaem todo o período amostral.

Assim, foram realizadas consultas, por meio da plataforma Quantum®, de toda a composição histórica do Índice Bovespa – trata-se de uma carteira de ativos teórica da Bolsa, Balcão - B3, quadrimestralmente, de janeiro de 2010 a dezembro de 2017. Foram excluídas todas as empresas que não permanecerem no Ibovespa por todo o

período analisado, levando em consideração os quadrimestres. O segundo filtro aconteceu por meio da retirada de todas as companhias do setor financeiro, chegando-se à amostra da pesquisa constituída por 26 empresas. “O objetivo do Ibovespa é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro” (B3, p.2, 2015), portanto, justificam-se a escolha e a relevância da amostra selecionada. Além da plataforma Quantum®, foram consultados os sítios da CVM e da B3.

Neste estudo, foi aplicada a técnica análise de conteúdo para a verificação das características da firma de auditoria, do relatório de auditoria independente e da empresa auditada. De acordo com Martins e Theóphilo (2016), a análise de conteúdo consiste em uma técnica que busca estudar e avaliar, de forma metódica e pontual, a comunicação. Ainda segundo os autores, essa técnica tem, entre outros, o objetivo de verificar o conteúdo das comunicações, no intuito de compará-las e encontrar possíveis padrões. Em seguida, procedeu-se à identificação das companhias abertas, auditadas pelas *Big Four*, pelas demais firmas de auditoria e entre as firmas, para os anos 2010 a 2017. Realizou-se um teste de comparação de médias, entre os grupos, com o objetivo de verificar se há diferenças significativas no desempenho financeiro deles.

Os testes de hipóteses são métodos utilizados para testar afirmativas sobre parâmetros populacionais por meio de dados amostrais. Segundo Morettin (2010), o teste de hipótese é um processo de decisão estatística utilizado na tomada de decisão entre duas alternativas. Para isso são estabelecidas uma hipótese nula (H_0) e uma hipótese alternativa (H_1), que são testadas por meio da construção de intervalos de confiança ou de testes de significância (GUJARATI; PORTER, 2011). O teste t é um teste estatístico que permite comparar as médias de determinada característica de duas amostras, sem que seja necessário saber as características populacionais *a priori*. Para testar se duas médias amostrais são iguais, é definido o seguinte teste de hipótese:

$$\begin{cases} H_0: \bar{x}_1 = \bar{x}_2 \\ H_1: \bar{x}_1 \neq \bar{x}_2 \end{cases} \rightarrow \begin{cases} H_0: \bar{x}_1 - \bar{x}_2 = 0 \\ H_1: \bar{x}_1 - \bar{x}_2 \neq 0 \end{cases}$$

em que \bar{x}_1 e \bar{x}_2 são as médias amostrais dos grupos 1 e 2, respectivamente.

A estatística de teste t é dada pela diferença das médias amostrais dividida por seu erro padrão. Quando se conhecem, *a priori*, os desvios padrões populacionais de ambas as amostras, o que raramente acontece, pode-se utilizar a distribuição normal para testar as hipóteses. Caso contrário, é calculado o desvio padrão amostral e utilizada a distribuição *t-Student* (DOANE; SEWARD, 2014). Nesse caso, a estatística de teste é dada pela fórmula $t = (\bar{x}_1 - \bar{x}_2) / \sqrt{\frac{s_1^2}{n_1} + \frac{s_2^2}{n_2}}$, em que s_1^2 e s_2^2 são as variâncias amostrais dos grupos 1 e 2, respectivamente, n_1 e n_2 são os tamanhos de ambos os grupos. Para decidir entre a hipótese nula e a hipótese alternativa, previamente estabelecidas, a estatística t calculada deve ser comparada ao valor crítico (t_α) da distribuição t-Student, a $\alpha\%$ de significância,

com v graus de liberdade, definidos por

$$v = \frac{\left(\frac{s_1^2}{n_1} + \frac{s_2^2}{n_2}\right)^2}{\frac{(s_1^2/n_1)^2}{n_1-1} + \frac{(s_2^2/n_2)^2}{n_2-1}}$$

O valor crítico é aquele que delimita a região da distribuição de probabilidades que irá rejeitar H_0 . Logo, dado o teste de hipótese estabelecido previamente, rejeita-se H_0 quando $|t| > t_{\alpha/2}$. Alternativamente, a rejeição de H_0 pode ser verificada por meio da comparação do nível de significância com o p-valor do teste. O p-valor é a probabilidade de se obter um valor mais extremo do que o que foi efetivamente observado (DOANE; SEWARD, 2014). Dessa forma, se p - valor $< \alpha$, a hipótese nula deve ser rejeitada.

3.2 Definição Teórica e Operacional das variáveis

3.2.1 ROE

Segundo Damodaran (2007), o Retorno sobre o Patrimônio Líquido, por dar destaque a apenas um componente do investimento, torna-se mais acurado em sua medição. Os analistas de mercado de capitais e os acionistas têm bastante interesse nesse índice, pois ele apresenta a rentabilidade dos recursos dos acionistas, comparados aos recursos totais da empresa. Ele, portanto, mensura a taxa de retorno dos acionistas (GRAPELLI; NIKBAKHT, 1998; FERNANDES; DIAS; CUNHA; 2010).

$$ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

3.2.2 ROA

A taxa de Retorno sobre o Ativo Total (ROA) mede a eficiência da empresa na geração de lucros com seus ativos totais. Assim, quanto maior for o valor do ROA, maior será a lucratividade obtida pela empresa em relação aos seus investimentos totais. Também pode ser denominada de retorno sobre o investimento (ROI) (SILVA E MORAES JÚNIOR, 2005; CAPOBIANGO *et al.* 2012; BRAZ; ROMARO, 2013).

$$ROA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

3.2.3 EBITDA

O Lucro antes dos Juros, impostos, depreciações e amortizações (EBITDA) é definido, por Martins (1998), como o potencial de geração de caixa dos ativos genuinamente operacionais. Esse indicador financeiro evidencia o lucro da empresa, antes do desconto de tributos (impostos e contribuições), juros, depreciação e amortização.

$$\frac{\text{EBITDA}}{\text{AT}} \times 100$$

$$\frac{\text{EBITDA}}{\text{PL}} \times 100$$

3.2.4 EV/EBIT

O indicador EV/EBIT relaciona o valor da empresa com o lucro antes das deduções dos impostos de taxas (apurado na DRE). O valor da empresa (EV) é encontrado da seguinte forma: Valor de Mercado + Valor da Dívida – Caixa e Equivalente de Caixa. Ele é utilizado para avaliar o quanto determinada empresa produz de lucro a partir de sua atual estrutura de funcionamento. Tem-se que quanto menor o resultado calculado, melhor é o cenário para a companhia mensurada.

3.2.5 QTOBIN

O valor de mercado da empresa representa a melhor medida de desempenho empresarial. Essa afirmação justifica-se pelo fato de a medida considerar a geração operacional de caixa atual e potencial, a taxa de atratividade em relação aos credores e acionistas, e o risco associado ao investimento. Ademais, representa uma visão de longo prazo, a continuidade do negócio e sua viabilidade, e indica o poder de ganho. (ASSAF NETO, 2005).

$$Q \text{ de Tobin} \cong \frac{\text{VMAO} + \text{VMAP} + D}{\text{AT}}$$

em que

- VMAO = valor de mercado das ações ordinárias;
- VMAP = valor de mercado das ações preferenciais;
- D = valor contábil da dívida, definido como passivo circulante mais passivo não circulante mais estoques menos o ativo circulante;
- AT = ativo total da companhia.

3.2.6 Evidências de Qualidade de Auditoria

No quadro 2 apresentam-se evidências para a mensuração da qualidade da auditoria.

Variável	Fundamentação
Republicação exigida pela CVM	Considera-se redução na qualidade da informação contábil quando a CVM percebe alguma inconsistência nas demonstrações contábeis divulgadas e, por isso, exige a republicação dos relatórios contábeis. Conseqüentemente, entende-se a auditoria ocorrida. Também foi de baixa qualidade.
Alavancagem financeira	Quanto mais endividada a empresa cliente está mais cuidado o auditor irá tomar na realização do trabalho de auditoria, por não querer estar envolvido, futuramente, em um problema de reputação. A alavancagem financeira é o fenômeno de uma companhia financiar seus custos fixos por meio de capital de terceiros. Ou seja, segundo Ross et al. (2015), demonstra o quanto a firma está dependendo do endividamento. Calcula-se pela Dívida Líquida/Patrimônio Líquido.
Comitê de auditoria	Órgão relevante de assessoramento ao conselho de administração, para auxiliá-lo no controle sobre a qualidade de demonstrações financeiras e controles internos, visando à confiabilidade e à integridade das informações para proteger a organização e todas as partes interessadas (IBGC, 2015, p. 78). O fato de a empresa ter um comitê de auditoria sinaliza aumento da qualidade, uma vez que fiscaliza a auditoria em curso e estreita a comunicação dos agentes da governança, de gestão e da firma de auditoria.
Delay	A demora na publicação do relatório de auditoria pode ter relação com alguma inconsistência nas informações contábeis e pode estar associada à detecção de problemas pelo auditor e à tentativa de sanar a inconformidade encontrada. Pressupõe-se ideal o período abaixo de 60 dias, em relação à data da divulgação dos relatórios contábeis.

Quadro 2 – Evidências de Qualidade de Auditoria

Fonte: Elaboração da autora (2018)

4 | ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Identificação dos tipos de relatório de auditoria, análise do conteúdo informacional deles e relação com o tamanho da firma de auditoria

Não foram observados parecer adverso e abstenção de opinião. Foram encontrados dois pareceres com ressalva e os demais, sem ressalva. As ressalvas percebidas se referem a 2010 e 2017, e ambas são da companhia JBS, conforme quadro 3.

Ano	Ressalva
2010	Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.c., a Administração da Companhia, por dúvidas quanto à qualidade e à credibilidade das informações contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis da Inalca JBS S.p.A., optou por não constituir equivalência patrimonial sobre sua participação societária na Inalca JBS S.p.A. nas demonstrações contábeis individuais e optou por não consolidá-la nas demonstrações contábeis consolidadas, ambas referentes ao período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2010. Além disso, a auditoria das demonstrações contábeis da Inalca JBS S.p.A. para os períodos aqui citados, de responsabilidade de outro auditor independente, não foram concluídas até esta data.

2017	<p>Resumo:</p> <p>Em maio de 2017, determinados executivos e ex-executivos do Grupo J&F Investimentos S.A. celebraram Acordos de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República, posteriormente homologados pelo Supremo Tribunal Federal. Em setembro de 2017 foi iniciada a investigação, por meio de profissionais especializados, externos e independentes em relação à Companhia. Até a presente data, esses profissionais executaram as extrações e o processamento de dados e informações, contemplando, inclusive, a avaliação das informações dos signatários da carta de representação disponibilizada ao auditor independente, não sendo levado ao nosso conhecimento qualquer atitude irregular ou que requer maiores análises. A auditoria das demonstrações contábeis da controlada Seara Alimentos Ltda. é de responsabilidade de outros auditores independentes, os quais emitiram relatório de auditoria com modificação, datado de 21 de março de 2018, que menciona a limitação de alcance e de potenciais efeitos não conhecidos sobre as demonstrações contábeis acerca dos fatos relacionados a essa controlada e de todo o contexto mencionado anteriormente, relatados. Conteúdo na íntegra encontra-se no (Apêndice B)</p>
-------------	--

Quadro 3 – Ressalva da JBS referente aos anos de 2010 e 2017

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios de auditoria da JBS (2018)

Conforme dados do gráfico 1, nota-se que 95,54% dos relatórios foram emitidos por companhias de auditoria independentes, classificadas como *Big Four*, dentre as quais a maior representatividade é da PwC, com 71 registros (31,70%), seguida pela KPMG, com 69 ocorrências (30,80%) e Deloitte, com 48 relatórios (21,43%). Por último, tem-se a EY, com 26 relatórios emitidos neste período (11,61%). Dentre as firmas não *Big Four*, responsáveis por 4,46% dos relatórios, a de maior representatividade foi a BDO, com oito relatórios (3,57%), seguida pela Baker Tilly e Grant Thornton, ambas com um relatório emitido (0,45%). O estudo de Pierri Junior (2017) corroborou os resultados desta pesquisa ao encontrar predominância das companhias do mercado brasileiro sendo auditadas por firmas *Big Four* (74%).

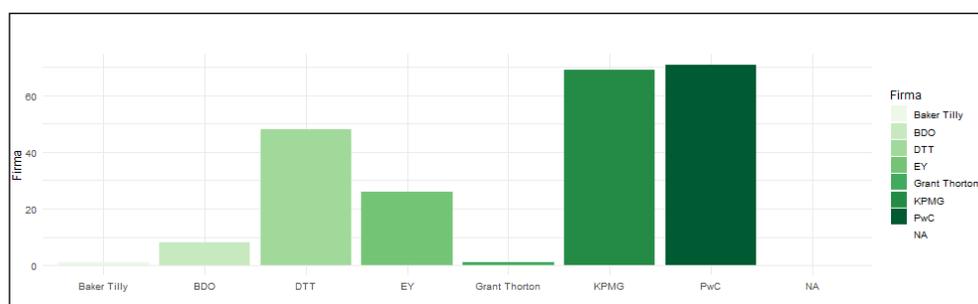


Gráfico 1 – Número de auditorias realizadas de 2010 a 2017, por firma

Fonte: Elaboração da autora (2019)

Analisando-se o tamanho das firmas de auditoria em uma perspectiva temporal, constatou-se que, em todos os anos, as auditorias foram feitas, em sua maioria, por firmas

Big Four, sendo que, em 2011 e em 2012, todas as empresas da amostra foram auditadas por tais firmas. A partir de 2013, nota-se, novamente, a presença de firmas Não *Big Four*, tendo estas um crescimento ao longo dos anos posteriores.

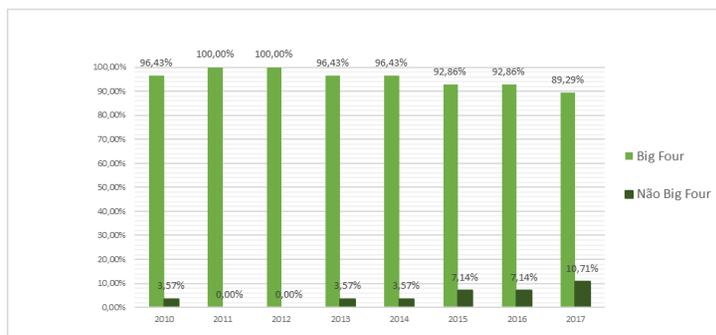


Gráfico 2 – Evolução da quantidade de *BigFour* e não *BigFour*, a cada ano, por período

Fonte: Elaboração da autora (2019)

De modo a compreender modificações no relatório de auditoria, na Tabela constante no Apêndice C, apresenta-sea evolução da quantidade de notificações por item de análise. Ressalta-se que a Outras informações, Responsabilidade da Administração, Responsabilidade do auditor e Principais Assuntos de auditoria passaram a existir a partir de 2016 e Parágrafo de ênfase e outros assuntos foram contemplados com nova norma (NBC TA 706 - dou 04/07/16). Ao se observar os mesmos campos por firma (Apêndice D), é possível relatar que a KPMG é a auditoria que apresenta maior número de considerações em seus relatórios, seguida da PwC. Isso pode ser interpretado como uma intenção das empresas no sentido de incrementar a qualidade da auditoria. Neste estudo há 180 parágrafos de ênfase, sendo que alguns se repetem. Apresentam-se, na Tabela 1, os assuntos mais recorrentes.

Paragrafo de ênfase	Frequência
As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem das IFRS, no que se refere à avaliação dos investimentos em coligadas e controladas, em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que, para fins de IFRS, seria custo ou valor justo.	89
As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária consideram, adicionalmente, a Orientação CPC 04, editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.	17

Reapresentação dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras, em decorrência das mudanças de política contábil para a contabilização dos empreendimentos controlados em conjunto e dos benefícios aos empregados, os valores correspondentes, individuais e consolidados, referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 e na norma internacional IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no pronunciamento técnico CPC 26 (R1) e na norma internacional IAS 1

Tabela 1– Temas mais recorrentes no parágrafo de ênfase

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios de auditoria (2019)

Em relação ao parágrafo “Outros assuntos”, há 115 ocorrências (três principais), sendo queas que se repetem estão apresentadas tabela 2.

Conteúdo de outros assuntos	Número de companhias que utilizaram tal conteúdo
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior	37 ocorrências
Concluimos que não há distorção relevante no Relatório da Administração e no Relatório ao Mercado Financeiro.	26 ocorrências
Demonstração do valor adicionado	25 ocorrências

Tabela 2 – Temas mais recorrentes em parágrafo de Outros Assuntos

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios de auditoria(2019)

Por sua vez, há 212 Principais assuntos de auditoria que estão elencados em relação aos mais recorrentes na tabela 3. Nota-se que, neste caso, os conteúdos são diversos.

Conteúdo de assuntos de auditoria	Número de companhias que utilizou tal conteúdo
Reconhecimento de receita	17 ocorrências
Avaliação da perda ao valor recuperável – impairment	15 ocorrências
Operação Lava Jato e seus reflexos na companhia	4 ocorrências
Investigação e contingências no âmbito da operação zelotes	4 ocorrências
Valorização de instrumentos financeiros	4 ocorrências

Tabela 3– Temas mais recorrentes em PAAs

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios de auditoria (2019)

Em relação ao campo “Outras informações”, há 52 notificações para as empresas da amostra. Os dois assuntos mais recorrentes são apresentados na Tabela 4.

Outras Informações	Frequência
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto com outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor.	22
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração que deve ser disponibilizado após a data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.	26

Tabela 4– Temas mais recorrentes na seção “Outras informações”

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios de auditoria (2019)

Na tabela 5 apresentam-se os dois temas mais recorrentes na seção Responsabilidade da administração, a qual contou com um total de 52 ocorrências.

Responsabilidade da Administração	Frequência
A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou por erro.	45
A administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.	8

Tabela 5 – Temas mais recorrentes na seção Responsabilidade da administração

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios de auditoria(2019)

No campo Responsabilidade do auditor há 54 ocorrências no total, e as mais comuns estão apresentadas na Tabela 6.

Responsabilidade do Auditor	Frequência
<p>Resumo: Obter segurança razoável para opinar sobre as demonstrações contábeis; compreender o controle interno para planejar os procedimentos de auditoria; avaliar estimativas e políticas contábeis e divulgações feitas pela administração; analisar a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis; obter evidência de auditoria suficiente sobre o grupo para supervisionar a auditoria do grupo; comunicar-se, ao longo do processo, com os responsáveis pela governança e fornecer declaração sobre ética a eles. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos para constituírem os PAAs.</p> <p>Conteúdo na íntegra encontra-se no (Apêndice E).</p> <p>Os objetivos dos auditores são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo a opinião. Os auditores colocam que as distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.</p>	<p>42</p> <p>12</p>

Tabela 6 – Temas mais recorrentes na seção Responsabilidade do auditor

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios de auditoria (2019)

4.2 Análise das características da empresa auditada

- Republicação CVM: a em 2017, foi exigido da Petrobrás, pela CVM, que republicasse suas demonstrações contábeis, o que representa uma redução na qualidade da auditoria realizada nela.
- Comitê de auditoria: aproximadamente metade da amostra tem comitê de auditoria ao longo dos anos estudados, o que representa uma qualidade de auditoria baixa, visto o porte e a relevância das companhias auditadas, conforme apresentado na tabela 7.

Ano	Possuem comitê de auditoria	O comitê é permanente
2010	13	12
2011	14	12
2012	15	13
2013	15	13
2014	15	13
2015	15	13

2016	15	15
2017	17	12
Total Geral	121	103

Tabela 7– Informações sobre o comitê de auditoria

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

- Alavancagem financeira: as três empresas mais alavancadas da amostra foram Cia. Siderúrgica, Braskem e Lojas Americanas, e, conseqüentemente, foram as com maior qualidade de auditoria, conforme Tabela 8.

Empresa	Alavancagem	Empresa	Alavancagem	Empresa	Alavancagem
BRAP4	0,2271	MRVE3	0,5605	CMIG4	0,6670
ABEV3	0,4036	PETR3	0,5699	CPFE3	0,7205
USIM5	0,4189	SBSP3	0,5707	RAIL3	0,7696
CPLE6	0,4477	BRFS3	0,5848	CCRO3	0,7723
VALE3	0,4993	CSAN3	0,5934	NATU3	0,7935
GGBR4	0,5005	UGPA4	0,6102	CSNA3	0,8286
FIBR3	0,5122	LREN3	0,6179	BRKM5	0,8472
CYRE3	0,5306	EMBR3	0,6482	LAME4	0,8626
GOAU4	0,5313	JBSS3	0,6648		

Tabela 8– Ranking das empresas, por alavancagem

Fonte: Elaboração da autora (2019)

- Delay: a maior parte das empresas não teve seus relatórios de auditoria divulgados até 60 dias após a emissão das demonstrações contábeis, o que sinaliza uma baixa qualidade da auditoria. A Cemig foi a empresa com pior qualidade da auditoria, enquanto a Fibria atingiu o melhor resultado, conforme se observa nos dados da tabela 9.

Empresa	Delay< 60	Empresa	Delay> 60
FIBR3	30,88	LAME4	62,00
LREN3	42,00	BRFS3	63,25
NATU3	49,50	PETR3	66,63
USIM5	50,71	EMBR3	67,00
UGPA4	51,14	CPFE3	69,25
VALE3	54,75	MRVE3	71,13

CSAN3	56,60	BRAP4	78,25
GGBR4	56,63	CYRE3	81,13
GOAU4	56,63	ABEV3	82,88
CCRO3	57,50	BRKM5	84,29
		SBSP3	84,75
		CPLE6	85,13
		RAIL3	112,29
		CMIG4	119,75
		CSNA3	134,63
		JBSS3	148,57
Média < 60	50,63	Média > 60	88,18

Tabela 9– *Delay* médio por empresa

Fonte: Elaboração da autora (2019)

Deve-se salientar que tais resultados funcionam apenas como indícios para evidências de qualidade de auditoria. Para um resultado mais efetivo é necessária uma análise combinada entre um maior número de *proxies* e por meio de técnicas estatísticas robustas.

4.3 Comparação do desempenho financeiro das empresas auditadas por *Big Four* em relação àquelas auditadas pelas *Non Big Four*; entre as firmas de auditoria separadamente, e pré e pós o Novo Relatório de Auditoria

Na Tabela (Apêndice F) apresenta-se a média obtida em cada um dos indicadores de desempenho utilizados no estudo para comparar se há diferença no desempenho das empresas do Ibovespa pré e pós novo relatório de auditoria. Com um nível de confiança de 95%, observa-se o p-valor calculado (linha Test t) e, caso este seja inferior a 0,05, rejeita-se a hipótese nula de que as médias dos grupos são iguais. Para todos os indicadores apresentados, com p-valor maior que 5%, não se rejeita a hipótese nula, ou seja, não há diferença significativa na média entre o período pré e pós novo relatório de auditoria.

Nas Tabelas no (Apêndice G), apresentam-se os indicadores de desempenho comparados, para as empresas auditadas por Big Four e aquelas auditadas por Não Big Four. Em relação ao QTOBIN é possível verificar que a média para este indicador nas empresas auditadas por Big Four foi de 1,1776 e a média para as empresas auditadas por não Big Four foi de 0,6225. Procedendo-se ao teste de médias, o p-valor obtido foi de 0,0028, implicando que há diferença no QTOBIN entre as empresas auditadas por Big Four e as demais. Para ROA e ROE não houve diferenciação, em média, por tamanho da firma de auditoria.

Em relação ao EBITDA/AT é possível verificar que a média para este indicador nas empresas auditadas por Big Four foi de 0,1149 e a média para as empresas auditadas por

não Big Four foi de 0,0793. Ao se realizar o teste t, o p-valor de 0,1064 (maior do que 5%) indica que não há diferença significativa para esta variável entre as empresas auditadas por Big Four e as demais. Tal situação também é verificada para EBITDA/PL e EV/EBIT.

Nas Tabelas (Apêndice H), apresenta-se, por ano e por firma, a evolução de cada indicador de desempenho, permitindo a comparação entre as auditorias Big Four e as demais. Tais indicadores foram utilizados para a realização dos testes de média, sendo apresentados na Tabela 10 os resultados para o p-valor.

QTOBIN	DTT	EY	KPMG	ROA	DTT	EY	KPMG	EBITDA/ PL	DTT	EY	KPMG
PwC	0,0144	0,1169	0,6368	PwC	0,0092	0,8939	0,0011	PwC	0,0255	0,1363	0,3451
DTT	-	0,2987	0,0037	DTT	-	0,1707	0,7985	DTT	-	0,9427	0,7535
EY	-	-	0,0391	EY	-	-	0,3437	EY	-	-	0,7650
ROE	DTT	EY	KPMG	EBITDA/ AT	DTT	EY	KPMG	EV/EBIT	DTT	EY	KPMG
PwC	0,0021	0,0044	0,0934	PwC	0,1007	0,6694	0,3959	PwC	0,2218	0,1170	0,5321
DTT	-	0,8013	0,0217	DTT	-	0,0008	0,0014	DTT	-	0,2706	0,2182
EY	-	-	0,0460	EY	-	-	0,4844	EY	-	-	0,1579

Tabela 10 – Test t para cada par de empresas classificadas como Big Four por indicador

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Realizou-se o teste T para cada par de empresas Big Four, de forma a apurar se há, em média, diferença estatística significativa para os indicadores de desempenho das empresas auditadas. Na Tabela 10, os valores em negrito apresentam p-valor menor do que 5%, indicando que, em média, houve diferenças no desempenho financeiro das empresas auditadas pelo respectivo par de firmas. Por exemplo, tais diferenças ocorreram entre PwC e DTT para QTOBIN, ROA, EBITDA/PL e ROE, e EY e KPMG para QTOBIN e ROE.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se a relevância da compreensão acerca do valor da auditoria pela sociedade, sua relação com a qualidade da informação contábil e com o desempenho das firmas. Sendo assim, o objetivo geral, neste trabalho, foi analisar as características das companhias do Ibovespa, o tamanho da firma de auditoria que as audita, o conteúdo dos relatórios de auditoria, assim como os reflexos no desempenho financeiro, para os anos 2010 a 2017.

Analisar as diferenças existentes entre a auditoria realizada por *Big Four* e não *Big Four* no tipo de relatório emitido, no Brasil, e a sua influência no recebimento de opinião

modificada contribui para o fomento das pesquisas da área, a identificação das variáveis que afetam a opinião do auditor e a sinalização dos pontos que podem ser melhorados nos órgãos de regulação, por meio do estabelecimento de novas ações que almejem a evolução da auditoria e da sua qualidade (IANNIELLO, 2012; MARQUES *et al.*, 2015).

Entende-se como relevante compreender as informações relacionadas com a auditoria contábil no sentido de provocar discussões acerca da sua importância para o mercado e exaltar a importância da presença de instituições sólidas que regulamentem e fiscalizem a profissão, bem como exaltem a sua utilidade. Exalta-se a contribuição da auditoria independente no incremento da qualidade da informação contábil. Sugere-se, para pesquisas futuras, que a análise seja estendida a todas as empresas listadas na B3.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, L. J., *et al.* **The association between audit committee characteristics and audit fees.** *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 22 (2): 17–32, 2003.

ALMEIDA, M.C. **Auditoria: abordagem moderna e completa** / Marcelo Cavalcanti Almeida. – 9. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

ALMEIDA, B. J. 2004. **Auditoria e Sociedade: o diálogo necessário.** *Revista Contabilidade e Finanças*, 34 (1): 80 - 96.

ALMEIDA, F. L.; LAMOUNIER, W. M. **Prestação de Serviços de Auditoria por Auditores Independentes e Gerenciamento de Resultados em Empresas Brasileiras.** *ConTexto*, Porto Alegre, v. 14, n. 28, p. 4-20, set./dez, 2014.

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações.** 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

BECKER, C. L.; DEFOND, M. L.; JIAMBALVO, J.; SUBRAMANYAM, K. R. **The effect of audit quality on earnings management,** *Contemporary Accounting Research*, Vol. 15, No. 1, p. 1–24, 1998.

BÉDARD, J.; CHTOUROU, S. H; COURTEAU, L. **The effect of audit committee expertise, independence, and activity on aggressive earnings management,** *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, Vol. 23, p. 13–35, 2018.

BENSTON, G. J. **Accountant's Integrity and Financial Reporting.** *Financial Executive*, p. 10-14, 1975.

BEASLEY, M. S., *et al.* **Fraudulent financial reporting: 1987-1997, An analysis of U.S. public companies.** New York: Committee of Sponsoring Organizations of the Tread way Commission (COSO), 2000.

BRAUNBECK, G. O. **Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil** (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRAZ, T. P., ROMARO, P. **Uma breve análise dos indicadores financeiros de empresas que participaram de operações de fusões ano mercado brasileiro.** Caderno de Administração. Vol. 7, n.1. p. 43-58. Jan/Dez.

Brasil Bolsa Balcão B3. **Apostila metodologia do índice Bovespa.** 2015. Disponível em: <<http://www.b3.com.br>> Acessado em 16/06/2018.

Capobiango, Ronan P.*et al.* **Desempenho financeiro: um estudo com empresas de três diferentes setores.** Revista de Ciências Humanas, v. 12, n. 1, p. 165-180. 2012.

CARCELLO, J. V.; HERMANSON, D. R.; NEAL, T. L.; RILEY, R. A. JR. **Board characteristics and audit fees.** Contemporary Accounting Research, 19(3), 365–384, 2002.

CHANEY, PAUL K.; FACCIIO, MARA; PARSLEY, D. **The quality of accounting information in politically connected firms.** Journal of Accounting and Economics, v. 51, n. 1, p. 58-76, 2018.

COELHO, A. N. B.*et al.* **A responsabilidade da auditoria externa na fraude contábil do banco PanAmericano.** RAGC, v. 3, n. 7, 2015.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009.** Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 12 jan., 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas do Novo Relatório do Auditor Independente são publicadas pelo CFC por Maristela Giroto.** Disponível em: <http://cfc.org.br/noticias/normas-do-novo-relatorio-do-auditor-independente-sao-publicadas-pelo-cfc/>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC NBC TA 200 (R1).** Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <<http://www2.cfc.org.br/>>. Acesso em: 12 jan., 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC NBC TA 230 (R1).** Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <<http://www2.cfc.org.br/>>. Acesso em: 12 jan., 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC NBC TA 240 (R1).** Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <<http://www2.cfc.org.br/>>. Acesso em: 12 jan., 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC NBC TA 260 (R2).** Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <<http://www2.cfc.org.br/>>. Acesso em: 12 jan., 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC NBC TA 570.** Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <<http://www2.cfc.org.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC NBC TA 700.** Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <<http://www2.cfc.org.br/>>. Acesso em: 12 jan., 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC NBC TA 701.** Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <<http://www2.cfc.org.br/>>. Acesso em: 12 jan., 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC NBC TA 705.** Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <<http://www2.cfc.org.br/>>. Acesso em: 12 jan., 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC NBC TA 706**. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <<http://www2.cfc.org.br/>>. Acesso em: 12 jan., 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC NBC TA 720**. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <<http://www2.cfc.org.br/>>. Acesso em: 12 jan., 2019.

COSTA, F. O. C.; FREIRE, M. D. M.; ARAÚJO, K. D. **Novo Relatório do Auditor Independente: conservadorismo ou singularidade?** VIII Congresso Brasileiro de Administração e Contabilidade (AdCont). Rio de Janeiro/RJ, 2017.

CHADEGANI, A. A. **Review of studies on audit quality**. *International Conference on Humanities, Society and Culture*, IACSIT Press, Singapura, v. 20, 2011.

CHEN, K. Y.; ZHOU, J. **Audit Committee, Board Characteristics and Auditor Switch Decisions by Andersen's Clients**. *Contemporary Accounting Research*, v.4, n.24, p.1085-1117, 2007.

DAMODARAN, A. **Return on Capital (ROC), Return on Invested Capital (ROIC) and Return on Equity (ROE): Measurement and Implications**, Jul., 2007. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1105499>. Acesso em 14 Jun. 2018.

DANG, L. **Assessing actual audit quality**. Thesis Ph.D, Drexel University, Philadelphia, Pennsylvania, USA, 2004.

DAVIDSON, R.; GOODWIN-STEWARD, J.; KENT, P. Internal governance structures and earnings management. **Accounting and Finance**, Vol. 45, p. 241–67, 2005.

DEANGELO, L. E. **Auditor independence, 'low balling, and disclosure regulation**. *Journal of Accounting and Economics*, n.3, p.113-127, 1981a.

DEANGELO, L. E. **Auditor size and audit quality**. *Journal of Accounting and Economics*, 3(3), 183–199, 1981b.

DOANE, D. P.; SEWARD, L. E. **Estatística aplicada à administração e economia**, 4. ed. AMGH Editora, 2014.

FARBER, David B. **Restoring Trust after Fraud: Does Corporate Governance Matter?** *The Accounting Review*: April 2005, Vol. 80, No. 2, pp. 539-561, 2005.

FERNANDES, Nirlene A.C.; OLIVEIRA, Warley D.; CUNHA, Jacqueline V. A. **Governança Corporativa no Contexto Brasileiro: um Estudo do Desempenho das Companhias listadas nos Níveis da BM & FBOVESPA**. *Revista Organizações em Contexto-online*, v. 6, n. 11, p. 22-44, 2010.

FRANCIS, J. R.; MAYDEW, E. L.; SPARKS, H. C. **The role of big 6 auditors in the credible reporting of accruals**. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, Vol. 18, No. 2, pp. 17–34, 1999.

FRANKEL, R. M.; JOHNSON, M. F.; NELSON, K. K. **The relation between auditors' fees for non audit services and earnings management**. *The Accounting Review*, Vol. 35, No. 1, p. 71–105, 2002.

GRAMLING, A. A.; RITTEMBERG, L. E.; JOHNSTONE, K. M. **Auditoria**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

GRANT THORNTON. **Novo Relatório do Auditor por Clóvis Madeira**. Disponível em: <<http://www.grantthornton.com.br/insights/articles-and-publications/novo-relatorio-do-auditor/>>. Acesso em 15/10/2018.

GRAPELLI, A. A.; EHSAN, N. **Administração Financeira**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

GODSELL, D. **Legal Liability and the Audit Expectation Gap**. 1992. Singapore Accountant, vol. 8, novembro, p. 25-28.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica-5**. AmghEditora, 2011.

HOITASH, R.; HOITASH, U. **The role of audit committees in managing relationships with external auditors after SOX**. Managerial Auditing Journal, v. 24, n. 4, p. 368-397, 2009.

IANNIELLO, Giuseppe. **Non Audit Services and Auditor Independence in the 2007 Italian Regulatory Environment**. International Journal of Auditing, v. 16, n. 2, p. 147-164, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5.ed. / Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. - São Paulo, SP: IBGC, 2015.

IUDICIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. N. **Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia de sua evolução**. Rev. contab. finanç., São Paulo, v. 16, n. 38, p. 7-19, Aug., 2005.

ITO, E. Y. H.; MENDES, P. C.M.; NIYAMA, J. K. **Controle de qualidade dos serviços de auditoria independente: um estudo de comparativo entre as normas brasileiras e as normas internacionais**. Revista UnB Contábil. Brasília, editor, v. 11, n. 1-2, p. 312-328, jan./dez. 2008.

JENSEN, M.C.; MECKLING, W. H. **Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure**. Journal of Financial Economics, v.3, n.4, 1976.

LIN, J. W.; Hwang, M. I. **Audit Quality, Corporate Governance, and Earnings Management: A Meta-Analysis**. International Journal of Auditing, 14: 57-77, 2010.

LIN, JERRY W.; LI, J. F.; YANG, J.S. **The effect of audit committee performance on earnings quality**. Managerial Auditing Journal, v. 21, n. 9, p. 921-933, 2006.

LINS, L. S. **Auditoria : uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa: contém exercícios**. 4. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. **Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa**. Rev. contab. finanç., São Paulo , v. 17, n. spe, p. 65-79, Aug. 2006.

MARQUES, V. A. *et al.* **O efeito big four sobre os tipos de relatórios de auditoria: evidências empíricas no mercado brasileiro.** In: Congresso Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Anais do V Congresso Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas – OTOC, Lisboa, 2015.

MARTINS, E. **“EBITDA” – O que é isso?** IOB – Informações Objetivas, Temática Contábil e Balanços. São Paulo: Boletim IOB 06/98, p. 1-7, 1998.

MARTINS, G. A.; THEÓFILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MORETTIN, L. G. **Estatística básica: probabilidade e inferência.** Volume único. Pearson Prentice Hall, 2010.

OHLSON, J. A. **Earnings, book values, and dividends in equity valuation.** Contemporary accounting research, v. 11, n. 2, p. 661-687, 1995.

OMID, A. M. **Qualified Audit Opinion, Accounting Earnings Management and Real Earnings Management: Evidence from Iran.** Asian Economic and Financial Review 5.1. 46. 2015.

OLIVEIRA, *et al.* **Relação entre as Características do Comitê de auditoria e o Atraso da Emissão do Relatório da Auditoria Independente (Audit Delay).** In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 14., 2014, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2004.

PRAZERES, C. M. A. *et al.* **A qualidade de auditoria e as características das firmas de auditoria em Portugal.** In: 12th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI). IEEE, 2017. p. 325-330, 2017.

PEECHER, M. E.; SCHWARTZ, R.I.; SOLOMON, I. **It's all about audit quality: Perspectives on strategic-systems auditing.** Accounting, Organizations and Society, v. 32, n. 4, p. 463-485, 2007.

PEREIRA, A. G. *et al.* **Teoria dos contratos, governança corporativa e auditoria: delineamentos para a discussão em teoria da Contabilidade.** Revista Brasileira de Contabilidade, n. 198, p. 78-93, 2013.

PIERRI JUNIOR, M. A. **Honorários, Especialização e Troca da Firma De Auditoria.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, 2017.

PINHO, C. P. R. S. **A utilização de Procedimentos analíticos de auditoria: O Caso Português.** Dissertação de Doutorado. Lisboa: Universidade Aberta. 2009.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **O novo relatório de Auditoria e seus Impactos por Valdir Coscodai.** In: Demonstrações Financeiras e Sinopses Normativa e Legislativa. Guia 2016/2017. Disponível em: <<https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/guia-demonstracoes-financeiras/assets/guia-demonstracoes-financeira-16.pdf>>. Acesso em 29/03/18.

PORTER, B. A. 1993. **An International study of the development and changing role of audit committees.** British Association Nacional Conference, Strathclyde, abril.

Reina, D., Silva, F. A. S., Lemes, S., Reina, D. R. M. **O Novo Relatório do Auditor Independente Apresenta Maior Grau de Complexidade Informacional?** XXV Congresso Brasileiro de Custos. Vitória/ ES, 2018.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J.; LAMB, R. **Administração financeira**. 10 ed. AMGR Editora. Porto Alegre: RS, 2015.

SÁ, A. L. **Curso de Auditoria**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTANA, A. G.; BEZERRA, F. A.; TEIXEIRA, S. A.; CUNHA, P. R. **Auditoria Independente e a Qualidade da Informação na Divulgação das Demonstrações Contábeis:** Estudo Comparativo entre Empresas Brasileiras Auditadas pelas Big Four e Não Big Four. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), Rio de Janeiro, v. 19, n.3, p. 70 - p. 87, set/dez., 2014.

SILVA, L.M.; NASCIMENTO, A.M.; OTT, E. **A influência da Lei Sarbanes - Oxley e do Código Civil brasileiro nos controles internos de empresas localizadas no Brasil.** São Paulo: USP. 2007.

SILVA, S. S.; MORAES JÚNIOR, V. F. **Análise Econômico-financeira dos índices de lucratividade ROA, ROE, baseado no modelo ROI.** Revista Nova, v.2, 2005.

SIROIS, L. P.; BÉDARS, J; BERA, P. **The Informational Value of Emphasis of Matter Paragraphs and Auditor Commentaries:** Evidence from an Eye-tracking Study. In: International Symposium on Audit Research (ISAR), 20., Netherlands, 2014.

TEIXEIRA, B.; CAMARGO, R. V. W; VICENTE, E. F. R. **Relação Entre As Características Do Comitê De Auditoria E A Qualidade Da Auditoria Independente.** Revista Catarinense da Ciência Contábil. V. 15, n. 44, Jan/abr, 2016.

TURLEY, S.;ZAMAN, M.**The corporate governance effects of audit committees.** Journal of Management and Governance, 8(3), 305-332, 2004.

VAFEAS, N.; WAEGELEIN, J.F. **The association between audit committees, compensation incentives, and corporate audit fees.** Review of Quantitative Finance and Accounting 28, 241–255, 2007.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive Accounting Theory**, Upper Saddle River, Prentice Hall.1986.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 192, 195, 225, 226, 227, 228, 230, 234, 235, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356

Auditoria 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 61, 65, 66, 67, 70, 71, 76, 78, 115, 381

Auditoria Externa 3, 8, 23, 25, 43, 55, 59, 71

Auditoria Independente 3, 9, 10, 22, 25, 26, 27, 37, 39, 42, 52, 53, 58

B

Boutiques 158, 159, 162, 166, 168

Branqueamento de Capitais 59, 64

Brasil 5, 6, 9, 15, 17, 21, 22, 23, 27, 33, 35, 39, 41, 43, 54, 55, 56, 57, 58, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 105, 106, 107, 111, 112, 113, 116, 118, 121, 123, 124, 128, 129, 131, 135, 150, 165, 187, 192, 193, 194, 195, 196, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 212, 213, 223, 235, 258, 262, 264, 270, 273, 276, 281, 285, 287, 288, 289, 290, 291, 295, 296, 297, 300, 305, 309, 310, 311, 312, 316, 338, 341

C

Captação de Clientes 210, 211, 212, 213, 216

Cemitério São Francisco de Assis 246

Cibersegurança 59, 75

Competitividade 39, 123, 125, 131, 132, 135, 157, 166, 183, 184, 185, 195, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 209, 211, 214, 372, 374, 375

Compliance 59, 61, 65, 70, 76, 325

Comunicação 6, 259, 269, 271, 273, 326, 329, 336, 338

Comunicação Pública 259, 269, 270, 271, 273

Conhecimento 14, 17, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 69, 83, 103, 104, 107, 110, 113, 114, 122, 123, 127, 131, 138, 147, 149, 152, 156, 159, 168, 172, 177, 181, 186, 213, 215, 220, 239, 242, 244, 246, 253, 330, 337, 357, 358, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 378

Contabilidade 1, 2, 5, 8, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 35, 37, 40, 42, 53, 54, 56, 57, 58, 64, 85, 95, 124, 140, 171, 181, 182, 183, 298

Controlo Interno 59, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78

Cooperativas Lácteas 183

COSO 22, 59, 61, 62, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73

Crescimento Econômico 151, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 286, 288, 289, 290, 291, 292,

293, 294, 295, 296, 304, 305, 307, 309, 310, 311, 314

Cualitativo 339

Cuantitativo 99, 339

D

DEA 37, 38, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 52, 54, 56, 57

Desarrollo Sostenible 224, 233, 354

Desempenho Financeiro 1, 3, 10, 20, 21, 23, 50, 56, 58

Desenvolvimento Sustentável 194, 236, 238, 245

Despesa Pública 275, 276, 277, 278, 279, 281, 283, 285, 309

Dirección Empresarial 96

Dívida Pública 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 305, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314

E

E-Commerce 158, 161, 163, 168, 315, 317, 318, 322, 323

Economia 2, 24, 57, 58, 60, 64, 75, 76, 78, 80, 82, 83, 95, 104, 107, 108, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 140, 151, 156, 159, 183, 192, 205, 207, 242, 249, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 298, 310, 312, 313, 325

Economía Digital 315, 316, 317, 319, 320, 324, 325

Eficiência Econômica 37, 38, 39, 45, 52, 53

Empreendedorismo 144, 147, 148, 150, 154, 155, 156, 157

Empresas Familiares 58, 134, 135, 136, 139, 143, 144, 145, 146

Estrategia 224, 225, 229, 231, 233, 234

Estratégia de Coopetição 183, 184, 187

Estratégias 34, 68, 70, 84, 124, 131, 135, 141, 151, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 173, 181, 184, 185, 188, 190, 191, 194, 198, 199, 201, 203, 205, 206, 208, 211, 212, 216, 220, 221, 222, 242, 243, 328, 357, 360, 362, 363, 367

Expectativas 105, 111, 112, 114, 119, 120, 121, 214, 215, 224, 233, 373

F

Facebook 126, 259, 262, 265, 267, 268, 269, 272, 273, 318

Fanpage 259, 260, 261, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272

Funciones Administrativas 96

G

Gasto Público 275, 276, 277, 278, 279, 280, 282, 286, 287, 291, 313, 353

Gestão de Competências 357, 358, 359, 361, 362, 363, 364

Gestão de Risco 3, 59, 60, 61, 69, 70, 71, 72, 76

Gestão do Conhecimento 28, 147, 357, 358, 360, 361, 362, 363, 364, 365

Gestão por Competências 357, 358, 360, 362, 363, 364, 365

Gestão Pública 210, 241, 242, 243, 246, 247, 251, 252, 254, 256, 257, 286

I

Impuestos 315, 321

Índice de Desempenho Econômico 37, 38, 39, 52

Indústria 4.0 125, 131

Industrialização 125, 127

Inovação 60, 64, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 156, 209, 241, 242, 248, 253, 292, 329, 360, 365

Introdução 2, 29, 34, 35, 38, 39, 60, 80, 104, 126, 131, 135, 137, 141, 147, 148, 151, 159, 171, 172, 183, 208, 209, 211, 237, 247, 258, 259, 261, 276, 288, 327, 358, 368, 371, 379

L

Liderazgo 96, 97, 99, 102

Lojas de Departamento 158, 159, 160, 161, 166, 167, 168, 169

M

Mercado 1, 2, 4, 10, 11, 12, 14, 16, 22, 23, 26, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 52, 53, 56, 58, 64, 71, 80, 81, 82, 84, 85, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 135, 137, 138, 141, 143, 144, 147, 152, 154, 155, 159, 160, 164, 166, 168, 169, 171, 172, 177, 183, 184, 185, 193, 195, 196, 197, 203, 207, 211, 212, 214, 215, 226, 273, 278, 279, 284, 288, 310, 321, 322, 332, 338, 347, 348, 349, 351, 353, 375

Mobilidade Urbana 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245

Motivação 67, 108, 146, 153, 222, 241, 367, 373

Motivación 96, 97, 98, 100, 101

N

Novo Relatório de Auditoria 1, 3, 5, 6, 7, 20, 43, 53

Núcleo Temático 326, 327, 330, 331

O

Organização de Terceiro Setor 326, 328

Organizações 24, 28, 31, 32, 35, 45, 55, 80, 81, 86, 87, 93, 94, 152, 153, 154, 157, 171, 173, 183, 184, 189, 191, 194, 195, 200, 202, 204, 211, 262, 272, 328, 329, 338, 357, 358,

359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 367, 368, 369, 370, 374, 375, 379, 380

P

Paradigma Sistêmico 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36

Parâmetros 339

Pesca Artesanal 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235

PIB 63, 97, 104, 125, 128, 129, 133, 135, 192, 196, 275, 277, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 315

Políticas Públicas 77, 149, 234, 236, 238, 239, 240, 241, 244, 245, 260, 269, 270, 289, 291, 308, 309, 310, 322, 323, 341, 355

Ponto de Equilíbrio 171, 172, 176, 177, 185

Prospectiva 224, 225, 235

PYMES 96, 97, 98, 99, 101, 102

Q

Qualidade da Auditoria 1, 4, 5, 9, 12, 15, 18, 19, 38, 39, 41, 52, 53, 58

Qualidade de Vida 212, 237, 239, 251, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 374, 375, 378, 379, 380

R

Receita Pública 131, 275, 277, 282, 285

Redes Sociais 221, 238, 259, 262, 265, 336

Rendeiras do Vale 326, 327, 331, 332, 336, 337

S

SIG 246, 253, 254, 257

Sistema de Informação 59, 61, 65, 66, 78, 246, 253, 254

Subsistência 340

T

Tecnologia 4, 61, 125, 127, 131, 132, 136, 145, 146, 253, 259, 260, 261, 262, 269, 273, 374, 379, 381

Teoria dos Jogos 183, 185, 188, 189, 190, 204, 205, 206, 208

Teoria dos Sistemas 28, 31, 32, 33

Turismo Social 326, 327, 328, 330, 333, 334, 335, 336, 337, 338

V

Varejo de Moda 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168

Viabilidade 12, 171, 172, 173, 177, 181, 265, 289

Administração, Finanças e Geração de Valor

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Administração, Finanças e Geração de Valor

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 